

ELEIÇÕES 2026 – CONSELHO DELIBERATIVO FUNDAÇÃO CESP

PROPOSTA PARA O CONSELHO DELIBERATIVO

Os candidatos da chapa União, Compromisso e Transparência, que ao longo de sua trajetória profissional e institucional estiveram ao lado dos trabalhadores ativos, assistidos e pensionistas na defesa de seus direitos, assumem os seguintes compromissos:

Previdência e proteção dos planos previdenciários

1. Defender a continuidade e o fortalecimento da Fundação Cesp como patrimônio construído pelos participantes, assistidos, pensionistas, beneficiários e patrocinadores.
2. Atuar pela proteção dos planos PSAP (BSPS, BD e CV), preservando direitos e garantias previstos nos regulamentos e normas aplicáveis, incluindo a isonomia na opção pela tributação regressiva.
3. Defender os direitos dos participantes e assistidos nos processos de retirada de patrocínio, migrações, transferências de gerenciamento, alterações estruturais dos planos e situações relacionadas à renovação ou caducidade de concessões do setor elétrico.
4. Acompanhar e fiscalizar impactos atuariais, regulatórios, investimentos e alterações dos planos previdenciários, de forma a contribuir para a segurança e evolução patrimonial.
5. Acompanhar permanentemente os planos CD e Familinvest, propondo melhorias de governança, proteção aos participantes e qualidade dos benefícios.
6. Defender o cumprimento regular e tempestivo dos repasses referentes a todos os direitos e benefícios estabelecidos pela Lei Estadual nº 4.819/1958 e, por outro lado, a preservação integral do patrimônio e dos recursos garantidores dos planos previdenciários administrados pela Fundação Cesp.
7. Defender tratamento justo aos participantes dos planos instituídos mediante aperfeiçoamentos normativos e estatutários.

Saúde

8. Defender mensalidades compatíveis com a realidade econômica dos trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas.
9. Propor regulamentação e utilização responsável do Patrimônio Social Saúde, buscando mecanismos para reduzir impactos financeiros e mitigar reajustes

dos planos de saúde entre 2027 e 2029, observadas as condições legais, atuariais e de sustentabilidade.

10. Atuar pela melhoria do atendimento, ampliação da rede credenciada e análise de coberturas adicionais quando legal, contratual e atuarialmente viáveis.
11. Avaliar alternativas relacionadas aos chamados “planos espelhos”, considerando a legislação e a jurisprudência aplicáveis, buscando maior isonomia entre ativos, aposentados e pensionistas.
12. Propor soluções para participantes e beneficiários que possuam decisões judiciais e suportem integralmente custos assistenciais.

Transparência e governança

13. Ampliar a transparência das decisões dos órgãos de governança e defender maior publicidade dos votos e posicionamentos dos conselheiros, observados os limites legais e regimentais.
14. Propor aperfeiçoamentos do Estatuto Social, Regimento Interno e Código de Conduta e Princípios Éticos.
15. Criar canal permanente de interação entre conselheiros, entidades representativas, participantes, assistidos e pensionistas.
16. Atuar pela ampliação para três do número de vagas destinadas aos representantes dos assistidos no Conselho Deliberativo, mediante as alterações estatutárias e normativas necessárias.
17. Defender limites de recondução para cargos estratégicos da governança.
18. Atuar pela ampliação da participação dos participantes, assistidos e pensionistas nas decisões relacionadas à governança e aos planos administrados.

Atuação institucional

19. Desenvolver atuação técnica e institucional junto ao CNPC, PREVIC, ANS, Ministério da Previdência Social, Ministério de Minas e Energia, ANEEL, Congresso Nacional, AGU, Ministério Público e Poder Judiciário, dentro das competências do Conselho Deliberativo.
20. Defender revisão e aperfeiçoamento das normas que impactem direitos previdenciários, assistenciais e de saúde.